

O IMPERADOR E O PRÍNCIPE: A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO IMPERIAL
BRASILEIRO NA QUESTÃO DA CRISE DINÁSTICA NO REINO DO CONGO
(1858 – 1860)¹.

Frederico Antonio Ferreira²

Resumo: O presente artigo busca esclarecer as relações que ocorreram no campo diplomático e institucional entre o Brasil do 2º Reinado e o Reino do Congo na África no episódio da questão sucessória ocorrida entre os anos de 1858 a 1860. Identificando as iniciativas adotadas pelo príncipe Nicolau de Água Rosada no sentido de estabelecer contatos com a monarquia brasileira e a participação de agentes estatais e comerciantes brasileiros, portugueses e britânicos no centro oeste africano durante o período.

Palavra-chaves: Brasil; Congo; Diplomacia.

Abstract: This paper intends clarify the relationships that occurred in the diplomatic and instructional field between Brazil 2nd Reign and the Kingdom of the Kongo in Africa in the episode of the succession occurred between the years 1858 to 1860. Identifying the initiatives taken by Prince Nicholas de Água Rosada to establish contacts with the Brazilian monarchy and the participation of state agents and merchant Brazilians, Portuguese and British west African center during the time.

Key words: Brazil; Kongo; Diplomacy.

Introdução

O presente artigo busca esclarecer as relações que ocorreram no campo diplomático e instrucional entre o Brasil do 2º Reinado e o Reino do Congo entre as décadas de 1850 e 1860 e o modo como a burocracia estatal no Rio de Janeiro e em Luanda lidam com todo o processo; O incidente gira em torno da carta, que um membro da elite local congolosa escreve para o imperador Pedro II em 1860. O caso não apresenta menção na historiografia nacional, todavia, está presente como um momento importante da formação da nacionalidade angolana³, em sua luta contra a dominação portuguesa e refere-se diretamente ao Brasil (WHEELER & PÉLISSIER, 2012). Sua relevância se encontra na oportunidade de análise da atuação do Brasil, um país de regime monárquico, agroexportador e escravista, e como ele se colocava internacionalmente após a extinção do tráfico de escravos e junto a uma população

¹ FERREIRA, F. A. "O Imperador e o Príncipe: a participação do Governo Imperial Brasileiro na questão da crise dinástica no Reino do Congo (1858 – 1860)" In: *Anais/IX Semana de História Política/VI Seminário Nacional de História: Cultura & Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2014. Único. p.1191 - 1200

² Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Caldas e coorientação do Prof. Dr. Pedro Campos. E-mail para contato: arquivistafred@gmail.com.

³ Conforme Wheeler (1968, p.40) o significado dos eventos envolvendo o príncipe Nicolau de Água Rosada: "His written protest, as far as I know, is the first case of Angolan written assertion against modern colonial influence and, therefore, represents an antecedent to later Angolan nationalism".

africana com a qual mantém contato.

O artigo descreve a pesquisa de mestrado em andamento, que visa analisar em uma perspectiva ampla questões geralmente abordadas de modo restrito e muitas vezes distintos: escravidão interna, a política externa, as relações entre o Brasil e a África e a forma como estes temas aparecem neste episódio específico. Situado dentro da Era do Capital (HOBSBAWN, 2009), o incidente apresenta a atuação de brasileiros, congolezes, portugueses e britânicos na região da foz do Rio Zaire, no centro oeste africano, em um episódio no qual seus interesses se atritavam e sem necessariamente relacionar-se ao tráfico de escravos. Para uma compreensão adequada da amplitude e das variáveis envolvidas no caso, se faz necessário deter-se na análise no contexto no qual estavam envolvidos.

Entre aspirações e vicissitudes: A política externa do 2º Reinado

O período do 2º Reinado destaca-se pelas intervenções brasileiras no espaço sul americano e pela intensificação dos contatos com a Grã Bretanha, outros estados europeus e Estados Unidos (CERVO & BUENO, 2008). Em 1844 chegava ao fim os tratados firmados com os britânicos logo após a Independência possibilitando ao governo do Rio de Janeiro criar condições para atuar de modo mais autônomo no cenário internacional (CERVO & BUENO, 2008). Esta atuação pode ser analisada sob diferentes prismas: primeiro, pode-se considerar que a monarquia reinante desafia os súditos da rainha Vitória no sentido que tenta, por todas as formas, burlar as pressões diplomáticas e bélicas que exigiam a extinção imediata do tráfico (CERVO & BUENO, 2008). Uma segunda forma de entender o tema cogita que o império sul americano adotara uma postura oscilante: sendo subserviente com os britânicos de um lado e fazendo sentir sua força junto aos países do cone sul de outro (SILVA, 1990). Importante salientar nesta análise a necessidade de reconhecimento da monarquia brasileira junto aos demais países, o imperativo de demonstrar constância em face de vizinhos instáveis e ainda o de denotar pujança e civilização (CERVO & BUENO, 2008).

Este processo interventivo não se deu de modo súbito, nem uníssono em todo o período. A concepção das linhas mestras da política externa do 2º Reinado não eram um mero acaso. De um lado haviam grupos mais voltados a negociação, acreditando no desenvolvimento pelas vias do liberalismo econômico (CERVO & BUENO, 2008). Outro defendia uma ação mais intensiva do Império na busca por seus interesses, postulando um posicionamento protecionista quanto ao comércio internacional: "Contudo os dois lados muito dialogavam, pouco divergiam e muito se articulavam" (CERVO & BUENO, 2008, p.68).

Vozes do passado longínquo: as colônias portuguesas na África

A partir de 1825 o reino português, após o reconhecimento emancipação do Brasil, passa por um período político conturbado. Grupos que apoiavam o absolutismo monárquico e os que defendiam o liberalismo entram em choque quando da crise sucessória do trono lusitano após a morte de D. João VI em 1826. O conflito termina em 1834 com a vitória dos liberais e as lutas debitam o reino. O Império Português estava reduzido, naquele momento, a sua menor extensão em quatrocentos anos, a metrópole se encontrava desprovida de recursos financeiros e as colônias restantes desguarnecidas e ameaçadas pela ameaça de potências como Grã Bretanha (ALEXANDRE, 1998).

Lisboa tenta refundar seu império ultramarino sob os pilares do reforço do aparelho administrativo, mudanças profundas no sistema econômico e a expansão territorial. A metrópole buscava meios de expandir suas posses no sentido norte da África até a foz do rio Zaire e ao sul até Benguela. Contudo, o clima político interno em Portugal ainda era de agitação, o governo não possuía receitas que permitissem reinvestir nas colônias para que se tornem lucrativas, e se não bastasse, levas de migrantes lusos rumam para o Brasil, exaurindo a possibilidade de se ampliar a presença de reinóis nas possessões africanas (ALEXANDRE, 1998). Inicia-se assim, aquilo que a historiografia lusa chama de 3º Império Português (WHEELER, 2009).

Cruz, fogo e sangue. O Reino do Congo entre o século XIV e XIX

As costas da região central da África foram o espaço em que os interesses britânicos, lusitanos e brasileiros entraram em contato direto, nem sempre de modo harmonioso ou mesmo pacífico. Dentre as diversos grupos organizados que habitam a região, destaca-se a etnia Congo, estabelecida no que os portugueses chamaram de Reino Congo. As populações congolezas se localizam na parte ocidental da África Central ao sul das florestas equatoriais do centro do continente, ao redor da foz do rio Zaire, em terras de relevo geralmente baixo com pontos contendo florestas densas e clima úmido, ocupando o espaço das atuais províncias de Uíge e Zaire no noroeste angolano (VANSINA, 2010a, 2012; WHEELER & PÉLISSIER, 2012). A etnia Congo é formada por seis grupos: Kishicongo-muxicongo, Sosso, Pombo, Sorongo e Zombo que se caracterizam por falarem o idioma Quicongo. Os maiores grupos étnicos eram os Kishicongo-muxicongo que por volta do século XIII formam o corpo principal do que seria o Reino, governados por um líder intitulado *Manicongo* e que habitava a cidade de Mbanza Congo (WHEELER & PÉLISSIER, 2012).

Os portugueses acessam a foz do rio Zaire e estabelecem os primeiros contatos com os

congoleses em 1482, em meio a busca pela rota para as Índias. Os portugueses encontram ali uma sociedade com cidades organizadas, poderes locais instituídos e munida de um exército poderoso. A sede onde habitava o líder local, chamado de *manicongo*, se situava em uma montanha no interior do território, era chamada pelos nativos de *Mbanza Congo*. A população e seus governantes se mostram receptivos, convertem-se ao cristianismo, recebem arma de fogo dos portugueses e são tratados com aliados em um primeiro momento (WHEELER & PÉLISSIER, 2012). O armamento fornecido pelos portugueses fizeram com que o *Manicongo* expandisse as fronteiras e aumentasse a influência estrangeira nas decisões internas (BOXER, 1988). Com a mudança da área de atuação portuguesa para o Atlântico e o início da colonização do Brasil, o uso de mão de obra compulsória se intensifica (BIRMINGHAM, 1977). Isso fez com que os congoleses, de aliados e recém convertidos, se tornassem primeiramente fornecedores e posteriormente vítimas do tráfico de escravos. (BOXER, 1988).

O Reino do Congo, em 1850, era uma sombra pálida do poder e exuberância que exibiam quando da chegada dos portugueses no século XV: destruído por disputas internas e pela presença destes na região. Somada a presença lusa, tem lugar os esforços britânicos no estabelecimento de comércio dos chamados “produtos lícitos”, todavia o tráfico humano movimentou grandes somas de dinheiro durante os séculos XV - XIX e dinamizou a economia congolesa, porém estava desde muito tempo fora das mãos do rei e da nobreza do reino (HERLIN, 2004). As elites locais, frequentemente, se levantavam contra o poder central. A força política do monarca era pouca e por vezes se sustentavam precariamente com o auxílio lusitano que cobrava um alto preço pela ajuda: a diminuição gradativa da soberania do Reino ante aos interesses expansionistas (BROADHEAD, 1979).

Jogo de reis: questão sucessória de 1858

Em 1858 morre o rei congolês Henrique II, ainda dentro do período de luto que deveria haver até a coroação do novo rei dois grupos, liderados por potestades locais, disputam o trono: de um lado, Pedro Ndongo, herdeiro legítimo ao trono (conforme as regras locais) foi apoiado pelos portugueses, porém era tido como impopular. Do outro, Álvaro Catende, que por sua vez tinha o apoio dos nobres locais e era abertamente anti-lusitano (WHEELER & PÉLISSIER, 2012). Segue-se um conflito sangrento que se arrasta entre os litigantes. O Governo Geral Português de Angola coroa Ndongo como Pedro V (ou IV) com a promessa de auxiliá-lo mediante a uma declaração de vassalagem do novo rei ao soberano de Lisboa no qual reconhece sua autoridade (AHI: 221/22/7).

Um dos membros da casa real congolesa, Nicolau de Água Rosada, escreve para o rei

português Pedro V queixando-se da interferência do Governo Geral na coroação do rei dos congoleses. Em dezembro de 1859, remete a Lisboa um artigo e consegue publicá-lo no *Jornal do Comércio*. O artigo consistia em críticas à forma como Portugal empreende sua dominação sobre um povo que sempre lhe foi amigo e solícito (AHI:221/2/7; WHEELER & PÉLISSIER, 2012). As autoridades coloniais portuguesa e do Governo Geral reagiram negativamente ao artigo. Transferiu-o para a sede da administração colonial em na longínqua Moçamedes (Namibe), temendo outras represálias, o príncipe tenta empreender fuga para o Brasil. Em meio a isto é brutalmente assassinado (WHEELER & PÉLISSIER, 2012; AHI: 221/2/7).

Os grupos de oposição a influência portuguesa e que apoiavam a Álvaro Catende iniciam um motim nas regiões ao norte da colônia e vencem as forças metropolitanas enviadas para conter a revolta. Invadem as minas de cobre pertencentes ao súdito brasileiro Francisco A. Flôres, trocam o minério por armas com comerciantes franceses e destroem feitorias norte americanas e britânicas. Os portugueses só conseguem conter o motim com a ajuda de forças vindas de Lisboa, em setembro de 1860. O governador geral de Angola foi substituído e dentre as tropas enviadas estava o próprio Infante e futuro Pedro V de Portugal (AHI: 238/2/2).

Esta situação, por si mesma, poderia ser mais uma dentre tantas querelas dinásticas locais ou ainda de interesse apenas da história da presença portuguesa na África se não fosse a suspeita de envolvimento de outros governos na questão. Periódicos lisboetas, repercutindo o artigo do Príncipe Nicolau, acusam diretamente aos britânicos de envolvimento no caso ou mesmo outros países estrangeiros, como a participação brasileira com seu cônsul (AHI: 221/2/7). Segundo as correspondências do Governador Geral de Angola, Coêlho do Amaral, a Secretaria do Ultramar, parece que os agentes consulares do Brasil e da Grã-Bretanha eram os principais suspeitos em dar ajuda a Nicolau em sua tentativa abortada de deixar Angola. Porém os mentores de todo o plano seriam o cônsul Sousa e Oliveira que estava disposto a ajudar Nicolau a deixar Angola, assim como o juiz do tribunal misto para combate a escravidão Edmund Gabriel, responsabilizado por arregimentar um navio britânico que o levasse do Ambriz para o Brasil.

O príncipe Nicolau, como funcionário da administração colonial em Luanda, conseguiu acessar as elites locais e a ter contato com representantes diplomáticos, em especial o cônsul brasileiro Dr. Saturnino de Souza e Oliveira e o juiz do tribunal misto luso britânico Edmund Gabriel (AHI: 238/2/2). Nicolau tenta estabelecer contato direto com o Imperador do

Brasil (WHEELER & PÉLISSIER, 2012). Ele escreve uma missiva, que é encaminhada pelo cônsul brasileiro em Luanda, na qual acena com a possibilidade de intermediar contatos comerciais entre o império sul americano e o Reino Congo, que segundo seu relato, possuía soberania e autonomia (AHI: 221/2/7).

Dentre outros suspeitos estavam os britânicos. Eles antagonizavam com os portugueses quanto ao tráfico de cativos e por desinteligências quanto a posse da foz do Zaire. Por outro lado, também o Império do Brasil, ex colônia portuguesa, ainda estava muito vinculada à Angola comercialmente, podendo ser considerado um possível concorrente pela posse das possessões portuguesas na África (ALEXANDRE, 1998).

Fantasma de além-mar: a presença brasileira no centro oeste africano

Para desvelarmos a participação e o envolvimento de brasileiros e britânicos no episódio faz-se preciso averiguar aspectos relacionados ao histórico dos interesses em jogo e das ações destes países na região. A presença brasileira na região do Congo e de Angola não se iniciara na década de 1850. As primeiras iniciativas institucionais do Império para o continente africano foi tomada ainda no 1º Reinado, em que chegou-se a estabelecer-se um consulado em Luanda com Germark Possolo em 1826, o qual foi expulso em 1827 (COSTA E SILVA, 2003). Dentre as causas possíveis estavam o temor dos lusitanos quanto a proximidade econômica e social entre as suas colônias africanas com o Brasil e a possibilidade de uma intervenção deste no sentido de incorporá-las ao seu território (ALEXANDRE, 1998).

Durante o Período Regencial o governo brasileiro segue barganhando junto Portugal autorização para recolocação do consulado, pedido que foi negado prontamente (RODRIGUES, 1961). Já no 2º Reinado, é estabelecida na possessão inglesa da Cidade do Cabo um Consulado em 1840 e feita uma nova solicitação ao governo de Lisboa, em 1847, no qual era alegado a reciprocidade diplomática, a qual foi novamente indeferida. Dentro do chamado Gabinete da Conciliação, o Império abre um consulado em Monróvia, capital da Libéria em 1853 (AHI:221/2/7). Apenas em 1854 o governo lusitano acena positivamente ao estabelecimento de consulados brasileiros junto aos portos coloniais que estavam abertos ao comércio internacional (COSTA E SILVA, 2003).

Em 1856 a Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império nomeia o primeiro vice-cônsul para Luanda⁴. O Governo do Rio de Janeiro envia para Luanda no cargo de vice-

⁴ Conforme o "Relatório do ano de 1856, apresentado à Assembleia Geral Legislativa de 1857".

cônsul a Frederico Hermenegildo, que havia aberto o consulado na Libéria em 1856 (RODRIGUES, 1961). Ele não chega a ir para Angola. No mesmo ano é exonerado do cargo e é enviado em seu lugar Ignácio José de Morais⁵, sobre o qual não há dados quanto a sua atuação.

Em 1858 chega a cidade de Luanda Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira, filho do ex ministro do império de mesmo nome e sobrinho do Visconde de Sepetiba (BLAKE, 1970). As instruções enviadas ao cônsul brasileiro em Angola em 1857, redigido pelo Visconde do Rio Branco, assinalam as intenções do Império em reaquecer os níveis de comércio dos chamados "produtos lícitos" com Angola e posteriormente até mesmo para todas as colônias portuguesas na África (AHI 281/2/3).

Seu pai havia perdido o posto de ministro dos estrangeiros por posicionar-se favorável a novas medidas de restrição ao tráfico de escravos em 1845 (PARRON, 2011). Saturnino filia-se a "Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e da Civilização Indígena", que publicava um dos primeiros periódicos abolicionistas do país chamado *O Philantropo*. O jornal circulou na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1849 a 1852 e Saturnino chegou a ocupar a direção do semanário. Neste, a causa do fim da deportação maciça de africanos era considerada como um meio de incentivar o uso da mão de obra livre e de libertar o Império dos "males" advindos da África (KODAMA, 2008).

Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira chega a Luanda com instruções claras, do Ministro Visconde do Rio Branco, no sentido de estudar as relações comerciais com a região de Angola e as causas do desaquecimento das trocas comerciais que outrora fora tão próspero entre as duas margens do Atlântico Sul e de propor medidas para reativá-lo com absoluta exclusão a escravidão (RODRIGUES, 1961).

Além das iniciativas de cunho institucional, a presença de brasileiros na região é notória e sua importância na política e na economia locais é sensível. No final da década de 1840, mesmo com os embarques de escravos sofrendo diminuições gradativas, o número de pedidos de súditos brasileiros por permissões para continuarem a viver em Angola ultrapassou em muito o feito por cidadãos de outras nacionalidades (FERREIRA, 2001). Ainda surgem notícias de empreendimentos de súditos brasileiros em Angola e sua atuação imbricava-se com o poder colonial lusitano na região. Teixeira Miranda é um exemplo disso, ex traficante de escravos, se notabiliza como fornecedor de soldados e cavalos utilizados pela governo geral no combate a grupos rebeldes no interior e ajudando na expansão lusitana no centro

⁵ Conforme o "Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do ano de 1857, apresentado à Assembleia Geral Legislativa em 1858".

oeste africano (FERREIRA, 2001).

Há ainda o caso de Francisco Antônio Flôres, rico comerciante em Luanda, que desempenhava um papel importante como investidor na região até por volta de 1860 e com ligações estreitas com os governadores e até mesmo funcionários britânicos (FERREIRA, 2001). Desta poderosa rede de articulações, o ex traficante de escravos consegue junto a coroa portuguesa uma autorização para explorar as minas de cobre do Bembe a norte de Angola em 1857 e o faz usando o nome de uma companhia com sede em Londres⁶. O mesmo inicia o plantio de algodão, com capital britânico, nas regiões próximas ao Ambriz em 1858 (AHI 238/2/1). Em 1859 os relatos do juiz do Tribunal Misto Luso-Britânico em Luanda descreve o sucesso dos empreendimentos do brasileiro em Angola. Ambos os negócios instalam-se na região centro oeste africano, próximos a foz do rio Zaire, no Reino do Congo.

Entre as leis do mercado e o direito das gentes: a presença britânica no centro oeste africano

Quanto à Grã Bretanha, as posições giram em torno das pressões pelo fim do tráfico de escravos e a intensificação de sua presença na região centro oeste africana. Desde a presença de D. João VI no Rio de Janeiro, os britânicos atuam no sentido de limitar o tráfico de cativos. As pressões continuam, sem porém grande sucesso durante o Período Miguelino (1828-1834) com a proposta de criação como uma Comissão Mista para julgamento de casos de embarcações que fossem capturadas transportando africanos para escravidão na América (ALEXANDRE, 1998). O projeto de tratado entre ambos sempre foi conduzido por Lisboa com vagar, atravessou a Guerra de Sucessão (1826-1834) e só voltou ao debate quando na gestão do ministro Sá de Bandeira em 1836. Cansados das idas e vindas das tratativas, os britânicos ameaçam invadir as colônias portuguesas na África caso não fossem tomadas medidas no sentido de extinguir o tráfico. O governo português assina o tratado e cria as Comissões Mistas em 1839 (ALEXANDRE, 1998).

Contudo, a ênfase britânica no fim do transporte ilegal de africanos para o trabalho escravo na primeira metade do XIX não impedia que estes estabelecessem feitorias e estabelecesse ocupações, ainda que pontuais e sem um caráter “imperialista”, no litoral da África Ocidental, central e austral. Pesquisadores britânicos perscrutavam rios como o Níger, o Nilo e o Zaire. Parte do litoral da África Ocidental foi tomada por britânicos para fins de filantropia - Serra Leoa (GEBARA, 2011). Em 1855, após a tomada do porto de Ambriz, ao

⁶ Conforme a "Coleção Oficial de Legislação Portuguesa 1857-1858".

norte de Luanda, o governo de Londres indisps-se com os portugueses quanto a definição dos limites das possessões lusitanas (MARQUES, 2006) O não reconhecimento britânico da posse lusitana da foz do rio só será equacionada quando do Conferencia de Berlim e a partilha da África (WHEELER & PÉLISSIER, 2012).

Desfecho

O representante britânico e brasileiro reafirmam sua boa fé no desempenho de suas funções consulares e os respectivos governos reafirmam suas melhores intenções na manutenção de seus representantes diplomáticos na colônia portuguesa de Angola (AHI238/2/2). No entanto, o juiz do Tribunal Misto Luso-Britânico envolvido no caso, Edmund Gabriel é transferido para Moçambique em 1861, onde vem a morrer no ano seguinte⁷. O vice-cônsul brasileiro, Dr Saturnino de Sousa e Oliveira, é exonerado do cargo no mesmo ano, e seguiu vivendo em Luanda, onde atuou como médico e comerciante de vinhos e incentivador das artes (BURKE,1970).

É possível vislumbrar neste episódio que a monarquia brasileira, agroexportadora e escravista, diante da ameaça que a interdição definitiva do tráfico representou buscou reposicionar-se institucional e comercialmente no Atlântico Sul. Os contatos entre brasileiros e angolanos, durante a primeira metade do XIX, não se davam apenas na esfera do governo colonial português na região, mas também com grupos locais. Assim percebe-se que a profundidade dos vínculos que ligavam os dois lados do oceano, antes de terem sido bruscamente rompidos, foram sutilmente dissipados.

Fontes Documentais:

1. *Arquivo Digital do Center for Research Libraries (CRL):*

Relatório do ano de 1856, apresentado à Assembleia Geral e Legislativa de 1857. Ministro José Maria da Silva Paranhos.

Relatório do ano de 1857, apresentado à Assembleia Geral e Legislativa de 1858. Ministro José Maria da Silva Paranhos.

Colecção official de legislação portuguesa 1857-1858.

The Journal of the Royal Geographical Society. Volumen the Thirty-Second. 1862. Disponível em: < www.crl.edu/content.asp>. Acesso em 22 jul. de 2014.

2. *Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.*

Maços:

221/2/7

238/2/1

⁷ Conforme o "The Journal of the Royal Geographical Society. Volumen the Thirty-Second. 1862".

238/2/2

281/2/3

Referências Bibliográficas

ALEXANDRE, Valentim. "A viragem para a África". In: BETHENCOURT, F. & CHAUDHURI, K. (Dir). *História da expansão portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 68-85.

BLAKE, Sacramento. *Diccionario Biográfico*. 7º Vol. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Um Rio Chamado Atlântico a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. "Imagens inglesas e portuguesas sobre a África no Século XIX: projetos políticos e representações". In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, julho 2011, p. 1-14.

MARQUES, João Pedro. "A ocupação do Ambriz (1855): Geografia e diplomacia de uma derrota inglesa". In: *Africana Studia*. Nº 09. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2006, p. 145-158.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826 a 1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1961.

KODAMA, Kaori. "Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão". In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 28(56), 2008, p. 407-430.

SILVA, José Werneck. *As duas faces da moeda: a política externa do Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Univerta, 1990.

FERREIRA, Roquinaldo. "The suppression of the slave trade and slave departures from Angola, 1830s-1860s". In: *História Unisinos*, São Leopoldo, 15(1): Janeiro/Abril 2011, p.03-13.

VANSINA, Jan. "A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados". In: NIANE, Djibril Tamsir (org.). *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010a

VANSINA, J. "O Reino do Congo e seus vizinhos". In: OGOT, Bethwell Allan. Brasília (org.) *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010b.